

# Preservação e Valorização do Património Cultural

## • Seminário em Maputo (conclusão)



É fundamental a implantação da Campanha de Preservação e Valorização Cultural nas Aldeias Comuns

Texto de Orlando Mendes

Fotos de Domingos Elias e arquivo

Concluimos hoje a publicação, iniciada no último número, da reportagem relativa ao «Seminário sobre Preservação e Valorização do Património Cultural» que, durante cinco dias, reuniu quadros da Direcção Nacional de Cultura que, a nível nacional e provincial, actuam no âmbito da campanha ali analisada nas suas fases até 1980 e perspectivada para a próxima fase.

Nesta última parte da reportagem incluímos, ainda que resumidas, as importantes contribuições dadas pelos técnicos da UNESCO em várias intervenções. Focando os aspectos fundamentais discutidos em grupos de trabalho e depois em plenário, apresentamos também as principais conclusões finais sintetizadas pelo Director Nacional de Cultura.

A educação tradicional envolve aspectos de magia e rituais, em especial os de iniciação.

Foi considerado que o estudo dos ritos de iniciação masculina deve ser feito em relação aos seus fundamentos, às condições, particularmente prejudiciais para a saúde, da sua prática, ao inquérito

sobre a extensão do seu uso actual, e ao esclarecimento para que o que neles esteja clinicamente justificável se canalize aos hospitais.

A análise e combate aos ritos de iniciação femininos constituem tarefas muito delicadas, porque estão profundamente ligadas à intimidade das pessoas e forte-

mente enraizadas na tradição e o seu conhecimento dificilmente é revelado porque o retêm poucas pessoas.

A representante da OMM no seminário, esclareceu que esta Organização está de posse de elementos bastante concretos sobre estes rituais e que serão oportu-

tunamente analisados numa sua próxima Conferência.

As estruturas da Saúde deverão participar num trabalho conjunto sobre os ritos de iniciação, pois que dispõem de dados científicos que se lhes referem.

Por outro lado, para a recolha de dados verdadeiros sobre os ritos de iniciação, julga-se aconselhável recorrer a jovens e adultos que a eles tenham sido sujeitos e que, engajados e beneficiados pelo processo de transformação cultural, estejam em condições de as relatar abertamente.

No que respeita a literatura oral, foram transmitidas experiências sobre a sua recolha a vários níveis, incluindo os Círculos de Interesse das escolas. Reconheceu-se que para garantir genuinidade e fidelidade, será necessário considerar diversos factores e cuidados especiais: uso da gravação em vez da escrita; preferência das Aldeias Comunais onde o tipo de vida organizada facilitará o trabalho; mesmo nas Aldeias Comunais, não partir do princípio de que a recolha é objectivo final mas de que é um meio de reflexão e divulgação; recorrer a velhos politicamente mais conscientes para que mobilizem os narradores no sentido de se não adulterar o conteúdo e a forma da narração; evitar que o trabalho de recolha seja feito por jovens, tendo em conta o complexo da diferença de idades estabelecido pela tradição.

Ainda sobre a recolha de literatura oral, reconheceu-se a necessidade de uma coordenação muito estreita entre as várias entidades que actualmente a ela procedem com espírito departamentalista, de modo a que a pesquisa, a sistematização e a divulgação obedeçam a critérios científicos e únicos.

Foi dado conhecimento de que as Forças Armadas de Moçambique (FPLM), vão através do seu Comissariado Político, proceder à recolha de tradição oral, principalmente de literatura entre os seus elementos.

## FORMAÇÃO DE QUADROS

Apesar de e porque desde o início se pretendeu que a campanha fosse essencialmente uma acção de participação popular, a formação



Um dos trabalhadores empenhados nas tarefas de conservação e restauro de prédios na Ilha de Moçambique e que conseguem, mesmo sem apoio técnico, encontrar soluções correctas para problemas

de quadros tem importância fundamental. O primeiro curso foi o de animadores culturais (agentes de Preservação e Valorização Cultural), com a duração de dois anos, dado no Centro de Estudos Culturais e que formou 15 quadros. Estão presentemente projectados os seguintes graus de formação:

- curso de agentes de preservação cultural, de 3 anos, com habilitação mínima para ingresso, a 6.ª classe; iniciar-se-à em 1981, com 15 alunos;
- curso de auxiliares de investigação, a ser frequentado, a partir de 1986, por 10 alunos habilitados com aquele curso e um ano de prática.

A nível provincial também se organizam periodicamente estágios de curta duração, de capacitação de agentes distritais de preservação cultural, em que participam Responsáveis Distritais de Cultura, Professores de História, alunos das escolas, membros do Partido e das Forças da Defesa e Segurança e deputados.

Concluiu-se que as províncias devem poder activar a formação de quadros e que é preciso aumentar a capacidade de formação de quadros a nível central. Poderá pedir-se apoio a organizações internacionais para a formação de quadros superiores e médios, sendo preferível virem técnicos ensinar no país que irem alunos ao exterior para ali se formarem.

Foi salientada a dedicação dos trabalhadores que desempenham tarefas na conservação de prédios da Ilha de Moçambique e que, mesmo sem apoio técnico, encontram soluções práticas correctas, demonstrando iniciativa criadora e capacidade de realização.

## COMUNICAÇÕES NÃO PROGRAMADAS

Um responsável do Museu de História Natural falou em plenário sobre a necessidade de preservar o nosso património natural, constituído por animais bravios e plantas, corais e conchas, e que é parte integrante do património cultural.

Eugeniusz Rzewuski, professor cooperante da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, apresentou um trabalho sobre a preservação de manuscritos literários e históricos em escrita árabe, que resultaram do intercâmbio económico e cultural entre



O professor Eugeniusz Rzewuski, apresentando a sua comunicação

diversos povos orientais e africanos na zona que inclui Moçambique. Apresentou alguns exemplos de poemas de línguas suahili manuscritos em escrita árabe.

O antropólogo português José Fialho expôs alguns aspectos da magia no sul do país relacionados com a vida na agricultura, dando interpretações originais, resultantes de contactos e observações, que permitem explicar certos tipos de relações entre homem e mulher na sociedade tradicional.

O Director do Gabinete Nacional da UNESCO, ao falar de cooperação internacional, bilateral entre a RPM e países amigos e internacional entre a RPM e organizações internacionais, como, a ONU e Organizações Não-Governamentais, referiu-se ao novo conceito de cooperação em que se põem duas questões: dar, o quê?; receber, o quê?. Concluiu que para pedir apoio internacional é preciso estar-se habilitado a apresentar as realidades pelo menos a nível provincial, para que se fundamentem correctamente as necessidades.

## **PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL**

No Seminário estiveram presentes, a convite oficial, participando em todas as sessões plenárias e de trabalho, fazendo diversas intervenções de alto valor técnico e recomendações sobre nossos problemas específicos, dois delegados da UNESCO: François Leblanc, Secretário Executivo da ICOMOS (Conselho Internacional para Monumentos e Locais Históricos) e Krzysztof Pawlowski, um dos cinco vice-presidentes da ICOMOS, consultor técnico da UNESCO e especialista em restauro de monumentos.

Na sua primeira intervenção, K. Pawlowski falou da fundação da UNESCO, organismo das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura e do seu desenvolvimento e ainda da preocupação internacional em promover o restauro de bens históricos e culturais destruídos ou danificados durante a 2.ª guerra mundial. Referiu-se a diversas Convenções que formularam regras de protecção dos monumentos históricos e indi-



O restauro rigoroso da casa central deste conjunto do século XVI, na Ilha de Moçambique, contrasta com o restauro arbitrário da casa à direita

cavam bens culturais a serem incluídos na lista mundial de protecção.

A Convenção de Varsóvia estabeleceu-se para a protecção do património mundial e fazer recomendações sobre a salvaguarda dos complexos históricos. A UNESCO considerou importante sensibilizar a comunidade internacional sobre o problema da protecção de bens culturais mas não podia cumprir as suas obrigações internacionais sem o apoio de outras organizações especializadas, entre as quais o Conselho Internacional de Museus e o Centro Internacional de Conservação e Restauro dos Monumentos Históricos (Centro de Roma), organização intergovernamental que envolve cerca de 80 países.

A formação da ICOMOS como associação permanente especializada na protecção de monumentos históricos, foi encorajada em 1964 pela UNESCO e a sua Assembleia Constitutiva realizou-se em Varsóvia em 1965. A ICOMOS tem por finalidade promover a conservação, protecção, utilização e valo-

rização de monumentos, complexos e locais históricos. Desde 1970 é uma das organizações não-governamentais admitidas pela UNESCO com estatuto de consultora e associada, sobretudo na protecção do património mundial, fornecendo peritos para esse efeito. Em Paris, onde tem a sua sede, funciona também o seu Centro de Documentação. Em 1980 a ICOMOS contava com 60 Comitês Nacionais: 5 em África, 18 na América, 3 na Ásia, 1 na Austrália, 33 na Europa, esperando-se que brevemente seja constituído um Comité Nacional em Moçambique. Além disso, organizou uma rede de Comitês Internacionais especializados em arquitectura vernácula, madeiras, documentação, jardins e locais históricos, pedras, fotogrametria, sismologia e turismo cultural.

Actualmente é o Comité Internacional do Património Cultural que decide sobre a inclusão na lista mundial de bens culturais que agora se estende já a complexos culturais e da Natureza no mundo inteiro. A inclusão de um bem cul-

tural no património cultural mundial concede-lhe apoio na inventariação, fornecimento de peritos e ajuda em equipamentos, formação de quadros, empréstimos. O facto de um bem cultural estar inscrito no património mundial, não desobriga o respectivo país de proteger esse bem, mas, pelo contrário lhe outorga maiores responsabilidades. O orçamento anual para este efeito é de apenas um milhão de dólares (cerca de 32 mil contos). A lista dos bens culturais mundiais deve ser acompanhada de uma lista de bens em perigo.

Na sua intervenção, F. Leblanc considerou dois domínios: (1) Introdução aos problemas de preservação: o que são os bens materiais, bens culturais móveis, bens culturais imóveis, as causas das deteriorações dos bens culturais, o que é preservação; (2) A estética e os monumentos históricos: a arqueologia, a estética museológica, cinema e teatro, a arquitectura contemporânea.

Os bens culturais móveis são pinturas, esculturas, cerâmica, mobiliários, têxteis, objectos arqueológicos e domésticos. Os bens imóveis são elementos arquitecturais e neles estão também incluídos as pinturas rupestres. A distinção entre bens móveis e imóveis é importante porque a sua preservação envolve técnicas e competências específicas.

As causas principais de deterioração são naturais e humanas. A preservação é o processo que leva ao prolongamento da vida dos bens culturais para sua utilização agora e no futuro.

F. Leblanc descreveu pormenorizadamente as técnicas de preservação dos monumentos históricos.

Mais tarde, o mesmo cientista falou de **princípios para a conservação** em que considerou: metodologia da conservação de valores culturais; tratamentos, processos de reparação; tipos de intervenção. Foi principalmente elucidativa a indicação dos tipos de inter-

venção: prevenção, protecção, consolidação, restauração, reprodução, reconstrução, reutilização. Na sua opinião, parte dos monumentos históricos da Ilha de Moçambique deve ser reutilizada se se quer que seja salva; a dificuldade neste tipo de intervenção é encontrar uma utilização compatível com o próprio monumento histórico.

Na sua segunda intervenção K. Pawlowski relatou experiências de restauração e conservação de monumentos históricos na Polónia. Merece especial atenção a protecção a cidades e bairros históricos em que toda a Sociedade colabora. O 1.º parágrafo da lei de protecção de bens culturais diz que ela é uma obrigação do Estado, um dever dos cidadãos. A lei estabelece a função de **protector social** que coopera com as estruturas do Estado. Este tipo de protecção social também se faz através do Mecanato Social de Protecção dos Monumentos Históricos e em que, por exemplo uma fábrica pode tomar a seu cargo a responsabilidade da conservação de um monumento histórico.

Este último ponto tem implicações com uma situação apontada durante o debate em plenário e referente à responsabilidade que deve atribuir-se a estruturas sobre a conservação de locais históricos na sua área, por exemplo de uma empresa ou fábrica relativamente a um local histórico que lhe fica próximo. Trata-se do caso específico da responsabilidade que poderia ser assumida pela Hidroeléctrica de Cahora Bassa em relação à conservação do **zimbabwe** existente no Songo. A propósito, um participante opinou que nesse caso, a HCB devia apoiar financeiramente mas que o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades não poderia estar ausente de trabalhos desta natureza para os quais a técnica é indispensável.

## CONCLUSÕES FINAIS

O Director Nacional de Cultura, Salomão Manhiça, que presidiu aos trabalhos do Seminário, proferiu no final algumas considerações. Saudou os técnicos internacionais pelas ricas contribuições que trouxeram ao Seminário. Salientou o



Exemplo de prédios na Ilha de Moçambique cujo restauro se reveste de melindre e exige competência técnica

significado da campanha de preservação e valorização do património cultural, para a reconstrução do país, para o combate aos aspectos negativos da tradição e para a visão científica do mundo e da vida. «Ganhámos novas experiências, novas energias, para prosseguir com o nosso trabalho. Os nossos agradecimentos à UNESCO por ter patrocinado este Seminário» — disse Salomão Manhiça.

Salientou que não é a DNC que faz a Cultura mas é todo o povo que deve estar envolvido no processo cultural; deve existir articulação entre todas as estruturas, porque todas devem assumir que têm responsabilidades culturais; é muito bom que haja muitas estruturas que realizem acções culturais, mas que se estabeleçam mecanismos de comunicação entre todas elas; há necessidade de especialização em relação a determinadas tarefas culturais. Foi tudo isto que o Seminário nos mostrou. Devemos lutar contra o subdesenvolvimento mental e encontrar soluções populares.

O Director Nacional de Cultura indicou que o trabalho deve ser realizado de maneira científica e para isso deve usar-se uma nova dinâmica na formação de quadros



O Director Nacional de Cultura, Salomão Manhiça, proferindo o discurso de encerramento do Seminário

com preparação científica e técnica e que o seu nível e o seu número devem ser aumentados. É necessária a formação acelerada de quadros com boa formação política, técnica e científica. Acrescentou que a Cultura não deve andar a reboque, deve acompanhar todo o processo de construção da nova

Sociedade. Isso obriga a reflexão constante e à análise dos trabalhos. Recomendou a divulgação dos resultados do Seminário a todos os níveis e em todos os sectores nacionais e também a nível internacional.

### ALGUMAS REFLEXÕES

O Seminário sobre Preservação e Valorização do Património Cultural, apesar de algumas deficiências organizativas que decerto poderão ser facilmente corrigidas no futuro, constituiu um importante acontecimento de trabalho colectivo, desinibido e aberto. Deve ser repetido com frequência periódica, porque as trocas de experiências no campo cultural, em que ainda existem muitas lacunas por preencher, se tornam indispensáveis a todos os níveis. Merece-nos todavia reparo que em relação quer ao Seminário quer à própria Campanha, o significado de **valorização** apareça sempre sem o peso real que deve ter. Pois por valorização se entenderá um amplo sentido de continuidade do património cultural que não é estático e constantemente se constrói e se transforma. É portanto importante que a campanha dinamize a criação cultural, porque, como bem

O Seminário encerrou com alegria de dança e canção, em ambiente de solidariedade internacionalista



## SIGNIFICADO DO INTERNACIONALISMO NA FRENTE CULTURAL



Krzysztof Pawlowski  
consultor técnico  
da UNESCO  
como especialista  
em restauro  
de monumentos  
históricos,  
nesta sua intervenção

Prestes a terminar o Seminário, K. Pawlowski fez uma intervenção-alocução que pelo seu alto significado devemos destacar.

O Seminário foi muito frutífero e instrutivo para os técnicos estrangeiros, porque apontou problemas específicos desta área africana que interessam à ICOMOS e à UNESCO. Esses técnicos vão fazer os possíveis para que seja prestada uma ajuda às necessidades e à base das experiências colhidas elaborar um modelo de acção para o continente africano.

O Seminário mostrou que o património cultural faz parte da superestrutura ideológica. É muito importante que a jovem República Popular de Moçambique não se esqueça dos seus aspectos históricos. Os resultados deste Seminário já estão a ser divulgados e devem ser divulgados. Partilhamos a opinião de que preservação não é tarefa de agentes culturais mas de todas as entidades políticas. Bens culturais, património cultural — o conceito deve ser visto em toda a sua globalidade. Devemos também falar do património natural, de grande importância. Quando encaramos o problema da preservação do património cultural, não devemos pensar só no glorioso, mas valorizar também os bens que estão ligados a momentos tristes. E falar também

da preservação da Ilha de Moçambique cujo património está em perigo. Recordo que vários movimentos revolucionários têm protestado contra o passado histórico dos seus países. Nos primeiros anos da Revolução Soviética assim aconteceu e conhecemos a resposta de Lenine que exigiu que se protegesse o património criado pelo povo russo, à custa do povo.

Por vezes sucede que quando se valoriza um monumento histórico, devemos pensar em readaptá-lo às novas necessidades. Isto é, passar da fase da protecção passiva à da utilização activa. Na Polónia atende-se à revalorização — todas as acções que visam dar vida nova ao monumento, que não é somente a conservação, para pô-lo ao serviço do povo. Para uma preservação eficaz, é preciso utilizar meios técnicos mais modernos, e por isso entende-se não apenas um sistema que permita o tratamento e processamento computados, baseado em fichas muito minuciosas preparadas por especialistas, mas que a ficha possa ser utilizada sem preparação especializada. O sistema de inventário canadiano e polaco serve para este efeito.

Apreciámos muito o destaque dado à preservação da tradição oral. É um trabalho muito importante que envolve decerto o aspecto linguístico.

Fiquei contente por ouvir um eco das experiências no meu país que consiste na protecção dos monumentos históricos pelas empresas. É importante, mas por outro lado, deve assegurar-se que os trabalhos sejam feitos correctamente, de modo que os trabalhos de revalorização sejam controlados por organismos competentes. Estamos prontos a contribuir para a elaboração de um projecto-lei a este respeito, tendo-se em consideração as recomendações da UNESCO. Falou-se da necessidade de elaborar textos de apoio sobre conservação de monumentos históricos. Penso que é preciso ir mais longe, elaborar manuais que cubram todo este domínio.

Seria preciso criar aqui alguns centros de estudo e laboratórios, os quais pudessem servir no âmbito regional desta zona de África. Os vossos problemas devem ser internacionalizados. Vamos transmitir estas questões à UNESCO e é também necessário transmiti-las aos países amigos. Um dos primeiros passos seria publicar os resultados deste Seminário.

A luta continua e os conservadores do património cultural devem lutar também para conseguir uma vitória — concluiu o conhecido técnico polaco.

disse o Reitor da Universidade Eduardo Mondlane e membro da Comissão Permanente da Assembleia Popular, Fernando Ganhão, no imprevisto de abertura solene do Seminário, «da simbiose da cultura dos nossos antepassados com a cultura que dia a dia construímos, nasce a verdadeira cultura moçambicana». Hoje já é passada de amanhã.

Neste ponto de vista, gostaríamos também de sugerir que pa-

ra a produção de artes plásticas que actualmente se desenvolve no país, carecida agora de suficiente mercado consumidor interno, sejam criadas condições financeiras de aquisição de peças representativas da contemporaneidade da nossa arte, pelos Museus. E ainda lembrar que os nossos artistas plásticos devem conservar algumas das suas obras, para que o nosso património artístico não sofra lapsos de continuidade na história.

Bem basta o desvio que, durante os últimos anos do colonial-capitalismo, foi feito por estrangeiros, da maior parte das peças de pintura e escultura que lhe foram vendidas e levadas para longínquos museus e colecções particulares.

Uma referência à verdadeira festa nacional e internacionalista com que encerraram os trabalhos do Seminário, em alegria de dança e canção.